

**REVISTA**  
**PORTUGUESA**  
**de HISTÓRIA**

**tomo XXXI**

**Homenagem ao Doutor  
Salvador Dias Arnaut  
Volume II**



**COIMBRA 1996**  
**FACULDADE de LETRAS**  
**da UNIVERSIDADE de COIMBRA**  
**INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL**

## **DEVASTAÇÕES BISCAINHAS NA QUINTA DA AZÓIA (1381)**

JOSÉ MARQUES

*(Universidade do Porto)*

### **Introdução**

Ao longo da nossa historia medieval — que neste momento especialmente nos interessa— não faltaram períodos de guerra, mais ou menos generalizada, conduzida, quer no plano internacional, contra os reinos de Leão e Castela e, em particular, contra os árabes, durante a reconquista, quer no âmbito interno, isto é, como autêntica guerra civil, situações bem conhecidas, que seria ocioso recordar.

A guerra foi sempre um fenómeno complexo, embora, normalmente apreciado apenas sob os aspectos mais directamente relacionados com os motivos que lhe estão subjacentes ou com os objectivos esperados, predominando os de natureza política. A prova do que acabamos de afirmar pode encontrar-se nas diversas obras ou simples manuais de história, que, embora, por vezes, relatem os principais aspectos da evolução destes acontecimentos, normalmente, acabam por salientar as alterações políticas, territoriais ou económicas a que deram origem, silenciando outras vertentes consideradas irrelevantes

para o esclarecimento dos temas em análise.

Com isto não queremos dizer que o tema da guerra está ausente das preocupações dos historiadores portugueses, convindo mesmo adiantar que o estudo da História Militar tem vindo a afirmar-se, não só devido ao impulso recebido da Sociedade Histórica da Independência de Portugal<sup>1</sup>, mas também porque tem sido objecto de tratamento privilegiado, como acontece no vol. IV da *Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques<sup>1 2</sup>, e até de dissertações académicas de doutoramento<sup>3</sup>.

E certo que nestas e noutras obras há uma preocupação de exaustividade, que obriga a ultrapassar casuísticas de pormenor, incompatíveis com a natureza desses estudos. E uma dessas expressivas devastações integrantes das consequências das lamentáveis guerras femandinas com Castela, que as mencionadas sínteses não deixam perceber na sua verdadeira dimensão, que pretendemos agora revelar, como amostra de tantas outras similares ou eventualmente mais graves, cuja notícia se perdeu. E fazemo-lo porque se insere na temática e no período histórico a que o Prof. Salvador Dias Arnaut prestou particular atenção, esclarecendo, desde já, que dividiremos esta breve nota em duas partes: na primeira, mais extensa, recordaremos consequências similares de guerras internacionais, em que Portugal andou envolvido, nos séculos XIV e XV (1), reservando a segunda para a exposição do estado em que os biscainhos, ao serviço

<sup>1</sup> Cf. *Actas do I Colóquio para uma visão global da História Militar*, em que tivemos oportunidade de desenvolver o tema *A presença da Igreja na História Militar Portuguesa: Das origens aos finais do século XIV*, Lisboa, SHIP, 1990. Este Colóquio assinalou já um momento alto na revalorização da História Militar, e constituiu um ponto de partida para novas iniciativas, que têm vindo a concretizar-se com êxito.

<sup>2</sup> Marques, A.H. de Oliveira, *Portugal na crise dos séculos XIVeXV*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp. 333-364.

<sup>3</sup> A mais recente é a de Monteiro, João Gouveia, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, vols. I e II, Coimbra, 1997.

de D. João I de Castela, deixaram a quinta da Azóia, sita no actual concelho de Loures, quando por lá passaram, em Março/Abril de 1381 (2).

## **1. Consequências nefastas de guerras luso-castelhanas dos séculos XIV e XV**

Conforme anunciámos, nesta primeira parte pretendemos divulgar algumas consequências de situações bélicas, em que Portugal andou envolvido nos séculos XIV e XV ou, mais concretamente, entre 1326 e 1479, isto é, desde o diferendo que opôs o nosso monarca ao irmão, D. Afonso Sanches, conflito em que viria a entrar também o Senhor de Albuquerque, a que se seguiria a guerra de D. Afonso IV com o genro Afonso XI, até ao fim da luta ingloriamente sustentada por D. Afonso V contra os Reis Católicos. Antes de prosseguirmos, desejamos esclarecer que as devastações a que nos vamos referir na anunciada segunda parte ocorreram, em 1381, durante a terceira guerra femandina, e que se dilatamos a nossa observação até 1479 é apenas para demonstrar que, não obstante a introdução das armas de fogo na componente militar, continuavam as práticas devastadoras anteriores, que mais do que meras consequências da guerra, em muitos casos, parecem constituir a essência da própria guerra.

### ***1.1. O conflito com D. Afonso Sanches***

Neste domínio, embora o conflito com D. Afonso Sanches ( 1326-1328) tenha ficado assinalado pelo avanço castelhano até Bragança, «*homde queymou e roubou muytos luguares e fez neles gramdes danos*»<sup>4</sup>, e também pela zona de Odiana, que o mesmo é dizer alen-

<sup>4</sup> *Crónica do Rei D. Afonso IV, in Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal,*

tejana, sabe-se, em contrapartida, que os portugueses penetraram até ao castelo de Codesseira, que derrubaram<sup>5</sup>. Por sua vez, a guerra de D. Afonso IV com Castela, que durou sensivelmente dois anos (1338-1340), foi particularmente rica em ilustrativos episódios desta natureza, pelo que valerá a pena recordar alguns dos mais interessantes para o presente estudo.

### ***1.2. A guerra entre D. Afonso IV e Afonso XI***

Os seus primórdios prendem-se com as inúmeras desconsiderações feitas por Afonso XI à esposa, D. Maria, filha de D. Afonso IV, por causa de D. Leonor Nunes de Gusmão, com quem convivia, ultrajando a legítima esposa ao ponto de esta ter de passar pela humilhação de ir a casa da referida amante do monarca para ser ouvida e alcançar o despacho pretendido<sup>6</sup>. Face aos sucessivos vexames a que a rainha D. Maria era constantemente exposta, D. Afonso IV, depois de, em 9 de Novembro de 1338, ter recebido o apoio do seu Conselho, aliou-se com o rei de Aragão, seu familiar, declarou guerra a Castela, por terra e por mar. A abertura simultânea das hostilidades em duas frentes de combate — terrestre e naval — representava uma grande inovação na arte da guerra em Portugal, embora se tivesse ficado muito aquém dos objectivos esperados. Na verdade, o próprio almirante Manuel Pessanha e seu filho Carlos acabaram por ser aprisionados pela armada castelhana, que os conduziu para Sevilha<sup>7</sup>, só vindo a ser libertados, na sequência da

edição crítica por Carlos da Silva Tarouca, S.J., vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1952, pp. 143-144. Nos casos seguintes citaremos esta obra, de forma abreviada: *Crónica de D. Afonso IV*, p....

<sup>5</sup> *Crónica de D. Afonso IV*, p. 144.

<sup>6</sup> *Crónica de D. Afonso IV*, p. 168.

<sup>7</sup> *Crónica de D. Afonso IV*, pp. 264-265.

assinatura da paz, por mediação pontifícia, em Sevilha, no dia 1 de Julho de 1340, convindo esclarecer, desde já, que esta paz foi estimulada pela necessidade de uma acção conjunta contra os árabes, campanha que viria a ser coroada de êxito na batalha do Salado, em 30 de Outubro desse mesmo ano<sup>8</sup>.

### 1.2.1. A informação da “Crónica de D. Afonso IV”

Feito este breve enquadramento político desta guerra, prestemos atenção aos aspectos mais acima invocados, directamente atinentes ao tema em epígrafe.

Estabelecido o plano da guerra por mar e por terra, distribuídos os efectivos destinados às galés e indicadas às tropas de terra as frontarias e comarcas que lhes eram confiadas, o próprio monarca foi cercar a cidade de Badajoz, donde enviou parte dos seus homens correr as vilas de Aroche, Aracena e Cortegana, cujos arrabaldes *«forom queymados, e mortas asaz de gentes, e deles cativos, que eles trouuerom com grande multidão de roubos»*<sup>9</sup> <sup>10</sup>. Considerando inútil continuar o cerco de Badajoz, o nosso monarca andou pela Andaluzia, onde os seus homens provocaram grandes devastações, sem qualquer outro objectivo político que não fosse danificar terra de inimigos, como aconteceu em Almendral, na ribeira de Nogales *«e muytas aldeas e asentamentos de casas forrom destroydas e queymadas, e gramde parte da terra que ha Ordem de Santiago aly tem, recebeo muy grande dapno»*<sup>11</sup>.

A impressão que nos fica destas primeiras iniciativas bélicas é que se tratava mais de praticar acções de flagelação das populações

<sup>8</sup> Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Verbo, 1977, p. 268.

<sup>9</sup> *Crónica de D. Afonso IV*, p. 254.

<sup>10</sup> *Ibidem*.

do que de enfrentar o adversário, que, então, até porque ainda não se sentia devidamente preparado, evitava os confrontos directos.

Regressado ao reino, sem honra nem proveito, já que nem sequer se tinha enfrentado com o adversário, D. Afonso IV ordenou a seu irmão, o Conde D. Pedro, que entrasse pela Galiza, sabendo-se que a operação decorreu claramente com propósitos destruidores, *«nom tendo temperança em a estragar. Mas gramdes casas e muytas aldeas, matarom muytos e com grão crueldade, e destroyndo toda cousa, que empecer queryom, trouverom gramdes roubos, e muytosprjyoneyros, e se tornarom a Portugal com eles»*"

Conhecedor do rasto de destruição que os homens de D. Afonso IV tinham deixado nos territórios fronteiriços ou mesmo mais interiores, a que se impunha acrescentar as sequelas dos contingentes inicialmente enviados para as fronteiras das várias comarcas, Afonso XI não deixaria sem resposta cabal tanta violência inútil. Por isso, mal chegou a Badajoz, atravessou o Guadiana com as suas gentes de armas, *«e chegou a Eivas, roubando os seus e destroyndo qualquer cousa que achavam. E as gemtes que vinhom em sua companhia, corrjom a terra toda, trazendo dos lugares domde chegavam, gramdes roubos e muytos cativos, poemdo foguo ao Açumar e a outras aldeas daquela comarqua, e queymando quamtas outras pouoações, em guisa que hu se acertauom de chegar, tudo ficava estroydo»*, dirigindo-se depois para Vila Viçosa e Olivença, cujos arrabaldes tiveram a mesma sorte dos anteriores<sup>11 12</sup>.

Mas o ataque castelhano a Portugal desenrolou-se também a partir da Galiza, sob o comando de D. Fernando Rodriguez de Castro e de seu irmão D. João, que passaram por Viana, então dita de Caminha,

<sup>11</sup> *Crónica de D. Afonso IV*, p. 255.

<sup>12</sup> *Crónica de D. Afonso IV*, p. 257.

rumo ao Porto, que abandonaram mal souberam que o Mestre da Ordem de Cristo, o Arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira, e o Bispo do Porto marchavam sobre a cidade com os respectivos homens de armas<sup>13</sup>.

Referimos, de início, que nesta guerra a marinha teve também uma acção importante e poderíamos anotar como as galés portuguesas se dirigiram para a zona de Lepe e Gibraleón, na Andaluzia, onde os seus contingentes desembarcaram para incendiar olivais, cortar vinhas e fazer outros estragos<sup>14</sup>, rumando depois para a Galiza, onde procederam de forma idêntica. As galés castelhanas responderam com não menor determinação e rigor, até desbaratarem a esquadra portuguesa e prenderem o almirante Manuel Pessanha, em combate naval<sup>15</sup>.

### *1.2.2. Exemplos patentes na chancelaria*

Como já dissemos, muitos outros actos de retaliação terão ocorrido ao longo da fronteira, de um e do outro lados, podendo ser a esses actos que o cronista se refere quando esclarece que, por uma questão de brevidade, omitiu não só grandes factos, mas também «*muitas outras (coisas) pequenas*». A veracidade desta afirmação pode comprovar-se a partir de documentação anterior e posterior à assinatura da paz, em Sevilha, no dia 1 de Julho de 1340, dispersa na *chancelaria* deste monarca, de que vamos apresentar apenas três exemplos, relativos a três localidades da fronteira norte com a Galiza: Montalegre, Monforte de Rio Livre e Barroso, onde as consequências

<sup>13</sup> *Crónica de D. Afonso IV*, p. 258

<sup>14</sup> *Crónica de D. Afonso IV*, pp. 259-260.

<sup>15</sup> *Crónica de D. Afonso IV*, pp. 261-265.



da guerra atingiram tal gravidade, que o Rei foi obrigado a renegociar os forais destas localidades, a fim de evitar o seu completo despovoamento. Não queremos distrair-nos do tema central deste breve estudo e, por isso, desses importantes documentos extrairemos, apenas, as informações directamente relacionadas com as nefastas consequências desta guerra com Castela, nestas três zonas de fronteira, omissas no relato do cronista.

Assim, na carta régia de renogociação do foral de Montalegre, datada de 26 de Junho de 1340, seis dias antes da celebração final da paz em Sevilha, ficou claramente expresso, como fundamentação da proposta apresentada ao monarca, *«que no tempo da guerra que ora foy antre mim e el Rey de Castela que companhas do seu senhoryo del Rey de Castela chegarom ao dicto logo de Montalegre e que queimarom a moorparte del e que Ihis ardeu hy entom a dieta carta (de foral) que Ihis assi o dicto meu pai dera...»*<sup>16</sup> em Lisboa, no dia 3 de Janeiro de 1289, como constava da pública-forma do foral, mandada tirar antes dos acontecimentos descritos.

Idêntico motivo invocaram os representantes do concelho de Monforte de Rio Livre, informando o Rei *«en como a dieta terra estava estragada per razom de demandas que antre eles ouve. Outrossi da guerra que recreceu antre mim e el Rey de Castela de que receberom muyto dano.[...] E diziam que ficarom tam pobres que non poderiam pagar o dicto foro. E que se Ihis sobr' esto non fizesse mercee que se despobraría porem a »*, conforme consta da carta régia de 7 de Setembro de 1340<sup>16 17</sup>.

Por sua vez, em 30 de Maio de 1341, os moradores do concelho de Barroso informaram D. Afonso IV de que *«eles per razom da guerra [que] recreceu antre mim e el Rey de Castela receberom*

<sup>16</sup>A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso IV*, liv. 4, fl. 47v.

<sup>17</sup>A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso IV*, liv. 4, fl. 51.

*muyto dano nos seus averes de guisa que ficaram estragados per tal maneira que eles non poderiam fazer paga de tres mil e quinhentos maravedís velhos que avyam de pagar em cada huum ano de foro da dieta terra. [...] E que eles per esta razom non poderiam hy viver e que se despobrarria porende a* *ter*

Após este conjunto de referências a efeitos nocivos da guerra entre D. Afonso IV e Afonso XI de Castela, seu genro, compreendemos melhor a afirmação inicial de que muitas conseqüências das guerras acabam por ficar silenciadas no balanço final dos acontecimentos. Insistimos nas marcas das acções de flagelação das populações, praticadas em terras e, como é óbvio, nas zonas fronteiriças, mas nem por isso esquecemos que nesta guerra a marinha desempenhou um papel importante, e que o que deixamos expresso quanto à intervenção das galés portuguesas no sul de Espanha ou mesmo nas costas galegas confirma o pensamento de Oliveira Marques ao afirmar que «a marinha servia assim, essencialmente, para transporte do exército»<sup>18 19</sup>.

### ***1.3. Novas guerras***

Em contraste com o curto reinado de D. Pedro I, — pacífico e de certa prosperidade, de acordo com o que «*diziam as gentes, que taaes dez annos numea ouve em Portugal, como estes que reinara elRei Dom Pedro*»<sup>20</sup>, durante o qual não dispomos de elementos integráveis na visão de conjunto que estamos a tentar oferecer destes aspectos, geralmente, considerados secundários no âmbito das

<sup>18</sup> A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso IV*, liv. 4, fl. 67.

<sup>19</sup> Marques, A.H. de Oliveira, *O. c.*, p. 360.

<sup>20</sup> Lopes, Fernão, *Crónica do senhor rei Dom Pedro oitavo rei destes Regnos*, com introdução pelo Prof. Damião Peres, Porto, Livraria Civilização - Editora, 1965, p.202.

consequências bélicas, o reinado de D. Fernando é abundante em situações desta natureza, o mesmo se podendo afirmar do reinado de D. João I, marcado pela dura e longa guerra da Independência e, finalmente, dos anos em que D. Afonso V se enfrentou com os Reis Católicos (1475-1479). Dentro do nosso plano inicial, seleccionaremos apenas um ou outro caso de cada um destes reinados, com o propósito de registar a continuidade desta forma de fazer guerra, que traduzindo-se em ruína para as populações e para o reino inimigo, muitas vezes, directamente, pouco tiveram a ver com os objectivos políticos subjacentes a tais manifestações bélicas.

### 1.3.1. Guerras fernandinas

Assim, quando o rei de Castela, D. Henrique de Trastâmara, teve conhecimento da actuação dos portugueses na Galiza e de que D. Fernando regressara a Portugal, desistiu de ir em socorro de La Coruña e inflectiu na direcção do Minho, que atravessou a vau, entre Tui e Salvaterra, começando logo a fazer, segundo o Cronista, *«tal guerra, qual homem com maa voomtade faz em terra de seus e m m i g o s , q u a m d o n o m a c h a q u e m l h o e m b a r g u e»*<sup>21</sup>. Chegado a Braga, onde entrou sem dificuldade pela mão de Lopo Gómez de Lira e porque as estruturas defensivas eram insuficientes, é fácil imaginar o que lá se passou, sabendo-se que *«os do logar poserom as cousas que levar poderom demtro da see, omde lhas nom tomavam»*; para cúmulo, passados seis dias, que terão sido de pilhagem dentro e fora de muros, dada a falta de alimentos, *«poseromlhe o fogo, e foromsse a Guimaraans, que som d'hi tres legoas»*<sup>21 22</sup>. Do

<sup>21</sup> Lopes, Femão, *Crónica do senhor rei Dom Fernando nono rei destes Regnos*, com uma introdução pelo Prof. Salvador Dias Amaut, Porto, Livraria Civilização - Editora, 1966, p. 90.

<sup>22</sup> Lopes, Femão, *O. c.*, pp. 91-92. Não é nosso intuito acompanhar a evolução desta e das outras duas guerras fernandinas, que o leitor interessado poderá encontrar,

estado em que a cidade ficou temos um balanço parcial no *Tombo do Cabido*, elaborado entre 1369-1390, que regista o número de casas pertencentes à corporação capitular, «*que ora son destroidas e estan fora da cerca*», mais concretamente, trinta e duas nas ruas do *Eirado* e dos *Chãos*, dezasseis na rua *Nova* e vinte e oito na rua de *Maximinos*<sup>23</sup>.

Deixemos o rei de Castela evoluir na sua caminhada para Guimarães e daí para as regiões transmontanas até regressar a Castela, para recordarmos como após o recontro entre os portugueses da frontaria de Eivas e os castelhanos de Badajoz, o Infante D. João e D. Frei Álvaro Gonçalves, Prior do Hospital, partiram de Estremoz e entraram na primeira cerca de Badajoz, onde, perante a impossibilidade de penetrarem na cerca velha, antes de se retirarem, «*os Portugueses poserom fogo aas casas da primeira cerca e forom delias mujtas queimadas, e derribarom parte do muro, e tornouse o com suas gentes, e os outros pera seus logares*»<sup>24 25</sup>.

A crónica das guerras femandinas abunda em recursos a depredações, tendo de se admitir que a progressão do rei de Castela em Portugal, por ocasião da segunda guerra femandina, desde a entrada pelas Beiras, passando por Coimbra e Santarém até Lisboa, não foi tão pacífica como o silêncio de Femão Lopes poderia dar a entender<sup>5</sup>, e que as violências praticadas em Cascais, desde os grandes roubos,

por exemplo, em Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Verbo, 1977, pp. 285-287 e 290-292. Sobre estas guerras, embora elaborados com objectivos diferentes, vejam-se os seguintes estudos: Amaut, Salvador Dias, *A Crise Nacional dos fins do século XIV. I. A sucessão de D. Fernando*, Coimbra, 1960. Tavares, Maria José Ferro, *A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385*, in «Revista de História Económica e Social», Lisboa, n.º 12, Julho-Dezembro 1983, pp.45-89.

<sup>23</sup> A.D.B., *Tombo do Cabido (1369-1390)*, fis. 33-34. Marques, José, *O castelo de Braga (1350-1450)*, in «Minia», Braga, II série, vol. 8, 1986, pp. 5-34.

<sup>24</sup> Lopes, Femão, *O. c.*, pp. 101-102.

<sup>25</sup> Lopes, Fernão, *O. c.*, pp. 189-192.

cortes de vinhas, olivais e outras árvores e os incêndios ateados em muitas quintas confirmam<sup>26</sup>.

Enquanto isto acontecia em tomo da capital, o adiantado da Galiza, Pedro Rodriguez Sarmento, atravessou o rio Minho com outros fidalgos galegos e penetrou sem dificuldade em Portugal até Barcelos, onde as hostes portuguesas foram desbaratadas. Foi, então, que se verificou o bem conhecido patriótico feito do alcaide do castelo de Faria, Nuno Gonçalves, que ali mesmo pagou com a vida a exortação de seu filho à fidelidade ao rei D. Fernando, e que não entregasse por nada aos castelhanos o castelo, cuja guarda, por motivo da saída para combater o inimigo invasor lhe tinha confiado. Impotentes perante a irreduzível fidelidade do filho do alcaide, um dos sitiados arremessou um colmeiro aceso sobre as choças ou cabanas cobertas de colmo, existentes entre a primeira linha de muralhas e a barbacã, provocando um grande incêndio que o vento suão mais ateava, queimando rapidamente as choças e muita gente que nelas estava<sup>27</sup>.

Este esquema continuou a ser aplicado pelos ocupantes da frota biscaína, constituída por oitenta e sete velas, entre naus e barcas, chegadas a Lisboa, no dia 7 de Março de 1381, em plena terceira guerra femandina.

Femão Lopes, no capítulo 135 da *Crónica do senhor rei Dom Fernando nono rei deste Regnos*, relata o à-vontade com que estes homens, oriundos das montanhas da Biscaia, «descallços e mal correjidos», percorreram e semearam a destruição nos arredores de Lisboa e na margem sul do Tejo, desde Almada, Coina e Palmeia, cujos arredores saquearam e devastaram, e como, ainda não satisfeitos, «*forom pollo rio de Tejo a cima, e queimarom outros paaços*

<sup>26</sup> Lopes, Femão, *O. c.*, p. 204.

<sup>27</sup> Lopes, Femão, *O. c.*, pp. 205-208.

*delRei, hu chamam Villa Nova da Rainha, que som oito legoas da cidade; e chegaram mais a cima aas lezírias Daalbaçotim, e dalcoelha, e matavom mujtos gaados, e faziam carnagem, e trariam para a frota»<sup>11</sup>.*

A estes mesmos processos aderiram os ingleses, cuja presença no Alentejo, como é sabido, tão más recordações deixou, os quais, na incursão aos castelos de Lobon e Cortijo, não hesitaram em incendiar-lhes as portas para poderem penetrá-los e ocupá-los<sup>28 29</sup>.

### *1.3.1. Guerra da Independência e campanha de Toro*

Não vamos acompanhar a casuística patente na *Crónica de D. João I*, que, além de fastidiosa, se tomaria demasiado extensa para um breve estudo como este. Mas não poderíamos deixar de chamar a atenção para a sua importância no aspecto que estamos a estudar, que, no entanto, bastará exemplificar com a destruição do castelo de Gaia e a queima de duas galés castelhanas, chegadas a Lisboa altas horas da noite<sup>30</sup>.

Para abreviar, em relação a esta temática no último quartel do século XV, apesar de Rui de Pina, na *Chronica de El Rei V*, nos transmitir o essencial do que se passou durante a guerra deste monarca com os Reis Católicos, de que a campanha de Toro constitui o núcleo central<sup>31</sup>, tenham-se em conta também as incursões castelhanas em território português, estudadas por Humberto Baquero Moreno, cujo cômputo eleva a vinte e oito o número de localidades portuguesas flageladas por estas investidas castelhanas, especial-

<sup>28</sup> Lopes, Femão, *O. c.*, p. 376.

<sup>29</sup> Lopes, Femão, *O. c.*, p. 412.

<sup>30</sup> Lopes, Femão, *Crónica de D. João I*, vol. I, Porto, Livraria Civilização - Editora, Porto, 1983, pp.369 e 372.

<sup>31</sup> Pina, Rui de, *Chronica de El-Rei D.Affonso V*, vol. III, Lisboa, 1902, passim.

mente intensas através da fronteira alentejana<sup>32</sup>.

Sobre o problema genérico do relacionamento dos beligerantes com as populações, embora o nosso propósito tenha sido essencialmente analítico, para um período que não ultrapassa a batalha de Alfarrobeira, importa ver também a recente e importante síntese elaborada por João Gouveia Monteiro<sup>33</sup>.

Das referências até aqui feitas a muitos quadros de violência registados nas crónicas, em jeito de balanço e remate, podemos concluir que, durante os séculos XIV e XV, muitas acções bélicas saldaram-se em puros actos de pilhagem — que tinham também a função de aprovisionamento—e de devastação, que só não podemos considerar gratuita, dado o impacto intimidatório e os prejuízos causados a populações sediadas em terra inimiga, muitas vezes absolutamente estranhas aos motivos da guerra. Nestes e em muitos outros casos, o fogo era o soldado ou, se preferirmos, o general mais temido, como os exemplos apresentados permitem afirmar. É neste contexto que se insere a notícia, que julgamos inédita, relativa à passagem dos castelhanos pela quinta da Azóia, de que nos ocuparemos na segunda parte deste estudo.

#### ***1.4. Repercussões no sector eclesiástico***

Antes, porém, queremos chamar a atenção para os efeitos nocivos das guerras no plano religioso, económico, demográfico e social, frequentemente invocados na documentação, com incidência espe-

<sup>32</sup> Moreno, Humberto Baquero, *A contenda entre D. Afonso V e os Reis Católicos: incursões castelhanas no solo português de 1475 a 1478*, in «Anais», Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1979, pp.297-324, especialmente as pp. 316-317.

<sup>33</sup> *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, vol. II, Coimbra, 1997, pp.691 - -704.

ciai na documentação eclesiástica. Por razões de ordem prática, referir-nos-emos, predominantemente, a instituições do norte de Portugal, mas consideramos que seria útil proceder a um levantamento temático à escala nacional. Embora a nossa intenção seja apontar algumas situações verificadas em instituições monásticas, não queremos deixar de observar que as graves consequências das guerras, por vezes, atingiam populações inteiras, como aconteceu com Terena, da qual se disse, ao ser repovoada, em 1413, «*que fora despovoada e arrasada durante a guerra com*»<sup>34</sup>.

Passando, agora, a enumerar os efeitos das guerras femandinas em instituições monásticas, recordemos que, em 27 de Fevereiro de 1390, os Mosteiros de Vilela e de Cete, da diocese do Porto, ao apresentarem a D. João I as suas queixas contra os abusos, que a título de direitos de aposentadoria certos fidalgos praticavam nestas comunidades, invocam também «*as grandes perdas e dapnos*» anteriormente recebidos «*per razom de grandes guerras que foram em este regnos*», descrevendo de imediato os abusos cometidos por alguns desses fidalgos<sup>35</sup>. Quando em 11 de Setembro de 1400, o arcebispo de Braga, D. Martinho Pires da Charneca, executou a bula *Ad ea que*, de Bonifácio IX, datada de 8 de Junho desse mesmo ano, que o autorizava a reduzir o Mosteiro de S. Martinho de Manhente, próximo de Barcelos, a igreja paroquial, sabia muito bem que o

<sup>34</sup> Rau, Virgínia, *Sesmarias medievais portuguesas*, Lisboa, 1946, p. 81. Citado por Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, IN-CM, 1988, p. 272.

<sup>35</sup> A.D.B., Col. Cronológica, ex. 18. Esta colecção foi reorganizada, sem que tenha sido feita a respectiva correspondência de cotas arquivísticas. A única possibilidade que há de aceder aos documentos citados em obras publicadas antes desta (des)organização é através das datas, quando acontece serem referidas nos textos, como, por exemplo, neste, citado por Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no século XV*, pp. 636-637.



Pontífice anuira ao pedido de autorização de redução, confiado na veracidade da informação transmitida sobre a inexistência de vida comunitária neste mosteiro, há mais de vinte anos, como amargo fruto das guerras<sup>36</sup>. A informação, embora fornecida de forma um pouco vaga, reúne todas as condições de veracidade, pois, como acima referimos, por ocasião da segunda guerra femandina, as forças comandadas pelo adiantado da Galiza, Pedro Rodriguez Sarmiento por aqui andaram, tendo atravessado o Cávado e chegado ao castelo de Faria, a sul deste rio.

Quase vinte e cinco anos depois, quando, em 28 de Fevereiro de 1425, D. Fernando da Guerra extinguiu o Mosteiro de Vilar de Frades, que nesse mesmo dia entregou ao fundador da Congregação dos Cónegos Azuis de Vilar de Frades ou Lóios, descreveu também a situação em que ele se encontrava havia mais de trinta anos, mercê das «grandes *pestillencias e guerras que em este Regno* »<sup>37</sup>. Idêntico motivo foi aduzido para a redução do Mosteiro de Lomar, junto de Braga, a igreja paroquial, autorizada pela bula *Dudum siquidem*, de 24 de Novembro de 1431: «... *pro eo quod illud a longis temporibus monachis caruerat et carebat ac ruine et desolationi subiacebat eiusque fructus, redditus et proventus,*

<sup>36</sup> A.N.T.T., *Conventos diversos. Vilar de Frades*, maço 1, n.º 3. Pubi, por Marques, José, *A extinção do Mosteiro de Manhente*, separata de «Barcellos-Revista», 2 (2) 1985, 15 (19): «*Sane exhibita nobis nuper pro parte tua peticio continebat quod monasterium Sancti Martini de Mahente ordinis Sancti Benedicti tue diócesis adeo est propter guerras in illis partibus vigentes totaliter collapsum destructum et dissipatum quod a viginti annis citra preteritis in dicto monasterio non vigit neque viget obserantia regularis sed solum in dicto monasterio solus abbas remansit quodque in eodem monasterio per dicta tempora possessiones et bona dicti monasterii fuerunt prout sunt destructa dissipata ac collapsa in tantum quod esset utile dictum monasterium reducere et erigere in ecclesiam parrochiam ita quod in futurum per unum presbiterum secui arem gubernetur et regi debeat*».

<sup>37</sup> A.D.B., Ms. 924, pp. 144-145. Cf. Marques, José, *A Arquidiocese de Braga...*, pp.655-656 e 910, nota 195.

vigentibus guerris et pestilentiis, adeo diminuti fuerant quod ad illius reparationem ac abbatis et unius cappelani qui illi in divinis officiis assisteret sustentationem non sufficerent...»<sup>3\*</sup>. Também aqui não há dificuldade em aceitar o resultado da já remota acção devastadora dos homens de Henrique II, que, de Braga, por aqui terão passado a caminho de Guimarães, em 1369, data a que bem se pode aplicar a expressão «*a longis temporibus*», constante do documento citado.

## 2. Os biscainhos na quinta da Azóia

A longa excursão que fizemos através dos relatos das devastações causadas pelas guerras luso-castelhanas dos séculos XIV-XV, privilegiando, contudo, as informações trecentistas, de que fizemos apenas uma recolha muito selectiva, permite situar correctamente a notícia relativa à quinta da Azóia, que pretendemos divulgar.

No fundo, trata-se de uma situação igual a tantas outras, criadas pelos mesmos biscainhos ao serviço de D. João I de Castela, em Vila Nova da Rainha, nos paços del-Rei, nas lezírias *de Albaçotim* e de *Alcoelha*, em Almada, Palmeia, Coina, etc., distinguindo-as, apenas, o facto de sobre o estado em que ficou a quinta da Azóia possuímos uma informação pormenorizada, elaborada por ordem do cónego bracarense Diogo Alvares, provedor da capela do arcebispo D. Gonçalo Pereira, a cujo património ela pertencia, sendo, por isso, também seu legítimo administrador.

Antes de prosseguirmos, convém esclarecer que esta quinta ficava em Mangões, freguesia de Sta. Iria da Azóia, concelho de Loures, podendo, conseqüentemente, afirmar-se com toda a propriedade, nos <sup>38</sup>

<sup>38</sup> *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá, vol. IV (1431-1445), Lisboa, I.A.C., 1970, p. 34. Marques, José, *O. c.*, pp. 660 e 911, nota n<sup>o</sup>. 210.

finais da Idade Média, que «*he em termho da cidade de Lixboa*»<sup>39</sup>, pelo que esta localidade não tem nada a ver com as freguesias do mesmo nome: Azóia, do concelho de Leiria, Azóia de Cima e Azóia de Baixo, ambas do concelho de Santarém.

Esta quinta está devidamente identificada, sabendo-se que os bens que a integravam, 1/2 de um determinado conjunto, foram adquiridos pelo arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira, em 24 de Novembro de 1334, pela quantia de 1500 libras<sup>39 40</sup>. Além disso, pela doação que o Prelado bracarense fez desta quinta à sua capela, construída junto à capela de S. Geraldo e canonicamente erecta por auto notarial lavrado pelo tabelião público Pedro Raimundo ou Raimundes, no Cabido da Sé de Braga, em 27 de Abril de 1334, ficamos a saber que foi comprada a Gonçalo Pais, filho de Paio Sordo, para ser integrada no património da referida capela, na Sé Primaz<sup>41</sup>.

De acordo com o auto de instituição da sua capela, D. Gonçalo Pereira ordenou que nela houvesse quatro altares, respectivamente dedicados à S<sup>ma</sup>. Virgem, a Sto. André, a Sta. Maria Madalena e aos Santos Lourenço e Vicente. A esta instituição estariam sempre ligados seis capelães, que celebrariam missa diária e rezariam as horas canónicas, as da Virgem Maria, bem como as dos defuntos, estando-

<sup>39</sup> A.D.B., *Colecção cronológica*, antiga caixa n- 18, s.n. Ver documento em *apêndice*.

<sup>40</sup> Coelho, Maria Helena da Cruz, *O Arcebispo D. Gonçalo Pereira. Um querer, um agir*, in *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas*, vol. II / I. *A Catedral de Braga na História e na Arte (Séculos XII-XIX)*, Braga, 1990, p. 423.

<sup>41</sup> «*Item do concedo et assigno predictae capelle quintanam meam quam habeo in loco qui dicitur Azoya in loco qui vocatur Maniones termino Ulixbonensi in parrochia Sancti Andree civitatis Ulixbonensis que fuit quondam Gundisalvi Pelagii filii Pelagii Sordo cum omnibus domibus suis senaris panis et vini olivetis et cum suis casalibus foribus redditibus possessionibus hereditatibus rutis et non rutis introitibus et exitibus et cum omnibus aliis pertinentiis suis ac juribus universis ad ipsas quintanas supradictas pertinentibus et pertinere debentibus quovismodo*». (Coelho, Maria Helena da Cruz, *O. c.*, p. 437).

-lhes confiadas também outras obrigações, devidamente especificadas no longo documento fundacional.

O documento que nos informa do estado em que ficou esta propriedade da capela arquiiepiscopal está datado de 9 de Junho de 1383, mas não refere a data em que os invasores biscainhos ao serviço do Rei de Castela procederam às malfeitorias nele descritas. Deveremos, por isso, procurar uma data aproximada em que os factos terão ocorrido. Atendendo a que o documento diz explicitamente que o objectivo da presença do provedor da capela de D. Gonçalo Pereira nesta quinta era *«veer e saber como e por que guisa esta estava ora a quintãa da dicta capella do dicto logo e quantas coussas e ficaram e escaparam da queima que queimaram os no tempo da g[x]erra»*, e sabendo que a sua armada chegou a Lisboa, em 7 de Março de 1381, e que os arredores de Lisboa foram os primeiros a ser devastados, não será ousado admitir que a sua passagem por esta quinta terá ocorrido ainda durante este mesmo mês de Março ou no Abril imediato. Teriam decorrido, por isso, mais de dois anos entre os nefastos acontecimentos e a feitura da elucidativa inquirição. Obviamente, entendemos que a referência aos *«bescaynhos no tempo da g[u]erra»* e o próprio contexto da descrição em que ficou esta propriedade da capela de D. Gonçalo Pereira situam estes episódios na terceira guerra fernandina, harmonizando-se perfeitamente com as informações deixadas por Fernão Lopes acerca do comportamento dos invasores, mais acima registado. De resto, não faria sentido reportar esta devastação à segunda guerra fernandina, pois seria inadmissível o desinteresse dos administradores da capela, durante cerca de dez anos.

Datados criticamente os acontecimentos, vejamos o estado em que ficou esta quinta, enobrecida com um paço, onde os Arcebispos de Braga se podiam instalar, quando se deslocassem a Lisboa e aí

tivessem de permanecer algum tempo.

O inventário elaborado, no local, por Gonçalo Martins, tabelião por el Rei na cidade de Lisboa e seu termo, apoiou-se nas declarações de Clara Anes, serviçal de Afonso Esteves e de Guiomar Estevez, sua mulher, que, à data da inquirição e elaboração deste auto, era caseira desta quinta, bem como nas de João Vicente do Rego, Vicente Anes e Afonso Vasques, moradores na Azóia, todos para o efeito ajuramentados aos Santos Evangelhos. O que se pretendia destes declarantes era saber se, além dos bens móveis e imóveis que o provedor da capela e o tabelião podiam observar dentro dos limites da quinta, eles tinham notícia de bens móveis desviados para outros lugares, tendo a resposta sido negativa da parte de todos.

Do breve inventário integrado neste auto notarial fica-se com a ideia de uma propriedade completamente destruída, a avaliar pelo estado em que ficaram o que, em linguagem dos nossos dias, designamos por bens urbanos: casas, lagares, pardieiros, moinhos, alpendres, etc. Porque em apêndice, apresentamos o auto de que nos estamos a servir, cuja leitura integral consideramos indispensável, à maneira de síntese diremos apenas que o «paaço grande, dito dos arcos» ou casa residencial dos arcebispos foi queimado, o mesmo tendo acontecido a outros pequenos edificios; os cinco lagares do vinho, isto é, as casas que abrigavam cada um deles estavam todas com os telhados e portas arruinados e em algum caso até com paredes derribadas; tanto os lagares do vinho como o do azeite tinham as prensas desfeitas e absolutamente inoperacionais, tal como se verificava com os utensílios das adegas: talhas, cubas, pipas, etc. Delapidados estavam também o pombal, pardieiros, alpendres e portais, podendo dizer-se que não ficou um edificio onde a chuva não entrasse a jorros.

Dos campos, vinhas e olivais—sem esquecermos outras parcelas integrantes desta quinta —não temos notícias directas, mas a avaliar

pelo estado dos lagares do vinho e do azeite, onde não havia sinais de fabrico recente de produtos tão importantes, por falta de condições, não é difícil prever o estado em que se encontrariam as que, eventualmente, tivessem sobrevivido aos incêndios que devastaram esta unidade agrícola.

### Conclusão

No termo deste breve estudo, elaborado a partir de uma notícia avulsa sobre as devastações praticadas pelas forças biscainhas ao serviço de D. João I de Castela contra o nosso rei *Formoso* numa parcela do património da capela de D. Gonçalo Pereira, erecta na Sé de Braga, deveremos tirar algumas conclusões, começando por responder à eventual pergunta, se terá valido a pena investir tanto na divulgação desta notícia e do documento que a veicula. A resposta não poderá deixar de ser afirmativa, antes de mais, porque, além de projectar alguma luz sobre a estrutura desta quinta, adquirida pelo próprio Arcebispo, a título pessoal, como procedeu com muitos outros bens que integrou no dote da sua capela, e de ajudar a conhecer o tipo de acções praticadas pelos adversários castelhanos e biscainhos, permitiu chamar a atenção para aspectos das guerras em que Portugal andou envolvido, nos séculos XIV e XV — e aqui pretendemos insistir, sobretudo, nas do século XIV — geralmente esquecidos pelos motivos invocados na introdução. Se quiséssemos ilustrar esta realidade, bastaria citar *A crise nacional dos finais do século XIV*, sem dúvida o *opus magnum* do nosso Homenageado, que dedicou às guerras femandinas uma atenção muito grande — quase diríamos de minúcia — na análise dos tratados de paz, e ao clausulado relativo às diversas alianças matrimoniais previstas, e *A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em -1385*, de Maria José Ferro Tavares, estudo igualmente minucioso e

bem documentado, mas orientado numa perspectiva social e política, a que certos esquemas ideológicos, cientificamente, não conseguem resistir. Nestes dois estudos e noutros mais breves e superficiais, convenhamos, também não havia lugar para introduzir as consequências bélicas que procurámos salientar, como pano de fundo e cenário longínquo em que desejávamos integrar o caso da quinta da Azóia.

Note-se, entretanto, que as situações de que nos chegou notícia pelas crónicas ou por documentação avulsa e que nós consideramos justamente como *consequências* da guerra, para os inimigos invasores não passavam, muitas vezes, de formas de aprovisionamento, nos casos de roubos — falando-se, mesmo, de «grandes roubos» —, de formas de intimidar, de manifestar poder e superioridade — quantas vezes nem sequer tendo visto o adversário! —, prática a que os portugueses aderiram com frequência, e de formas, dizíamos, de prejudicar as populações dependentes do adversário. Em tudo isto, além das inevitáveis repercussões económicas e sociais, negativas ou positivas, conforme o lado de que eram sofridas ou aproveitadas, havia ainda uma componente psicológica que não se pode minimizar.

Por vezes, fica-se com a impressão de que os invasores, fossem castelhanos ou portugueses, não tinham interesse em se enfrentar com o adversário, privilegiando estas acções de flagelação das populações, através dos roubos, incêndios, destruições e emboscadas, que, salvas as devidas proporções, nos fazem pensar nas guerrilhas da actualidade.

Há, contudo, uma nota que desejamos avançar: do confronto da leitura das crónicas de D. Afonso IV e de D. Fernando com a das crónicas de D. João I e D. Afonso V emerge uma impressão profundamente diferente em matéria de guerra. Das primeiras já deixámos alguns apontamentos dispersos; das segundas, embora as mencionadas devastações não estejam completamente ausentes, presente-se

a preocupação do confronto directo com o adversário, sendo particularmente evidente na *Chronica de D. Affonso V*, a importância crescente das armas de fogo, na arte da guerra.

Neste confronto de leituras é igualmente incontestável a importância que a dita marinha de guerra passou a ocupar, sendo cada vez mais frequentes os recontros navais, em que as armadas portuguesas averbaram frequentes e graves baixas, o que não diminui o valor da observação.

Se esta nota sobre as devastações biscainhas na quinta da Azóia, pertencente à capela do grande arcebispo D. Gonçalo Pereira, tiver suscitado algum interesse pelo esclarecimento de aspectos histórico-sociais bastante esquecidos, mas que a própria documentação das *chancelarias régias* e alguma documentação avulsa, inclusive eclesiástica, comprovam e ilustram, terá contribuído para ajusta e condigna homenagem de que o Prof. Salvador Dias Amaut é merecedor.



## APÊNDICE

*1383, Junho, 9 - Azòia*

*O cónego de Braga, Diogo Alvares, provedor da capela de D. Gonçalo Pereira, inquire do estado em que ficou a quinta da Azóia, após as destruições aí praticadas pelos biscainhos, durante a terceira guerra fernandina.*

A.D.B., Colecção cronológica, antiga caixa 18, s. n.

Sabham quantos este estormento virem que na Era de mili e quatrocentos e vynte e huum anos nove dyas do mes de Junho na Azoya ende estom os paaços do Arcebispo de Bragaa que he em termho da cidade de Lizboa estando hy de presente Diago Alvarez coonnego da egreja de Bragaa e prooovedor que se dizia da capella de Dom Gonçallo arcebispo que foi do dicto logo de Bragaa e em presença de mim Gonçallo Martinz tabeliom del Rey na dicta cidade de Lixboa e seu termho e testemunhas que adeante som escripias o dicto prooovedor disse que ell era aqui chegado pera veer e saber como e por que guisa esta estava ora a quintãa da dicta capella do dicto logo e quantas coussas e quaees ficaram<sup>42</sup> e escaparam da queima que queimaram os bescaynhos no tempo da g/w/erra. E pera o melhor aver de saber mandou hy viyr perante ell Clrara *(sic)* Annes sergente que se dizya diAffomsí Estevez Leyte e de Guiomar Estevez sua molher que presente estava e casseira que ora hy achava estar da dicta quintãa aa qual casseira logo o dicto prooovedor<sup>43</sup> deu juramento nos Sanctos Avangelhos que lhe mostrasse e dissesse totalas coussas que hy escaparam e ficaram da dicta queyma e rouba dos emmigoss asy eyxadas alfertes (?) louça madeira feramentas e outras quaes cousas pera

<sup>42</sup> A seguir está cortada uma palavra ilegível.

<sup>43</sup> Cortada a seguir a letra j.

as eu tabeliom escrever todo e lhe desse dello huum ou dous estormentos prooblicos os quantos lhe comprissem. E outrosy eer deu juramento nos Sanctos Avangelhos a Joham Vécente Rego e a Vecente Annes e Afonso Vasquez moradores no dicto logo que presentes estavam que lhe dissessem se sabem parte dalgas coussas que sejam da dicta quintaa e que estem em alguuns logares pera as aver de mandar escrever a mim dicto tabeliom como dicto he. E os sobredictos disserom que o nom sabiam salvo as coussas que ora hy estavam na dicta quintaa as quaees se logo mostraram e escreveram per esta guisa que se adeante seguem.

Item duas talhoos.

Item onze tavoas de cubas velhas britadas.

Item estava hy ha cassa pequena que estava junto com a camara dia par do alpende contra o poente queimada com ha porta e outra lhe minguava.

Item outra cassa junto com esta meesma contra a parte de fundo com sua porta.

Item outra cassa pequena que diziam que era de patas que era derribada de huum quanto telhada com ha porta.

Item o alpende de sobre a porta do quintal desfeyto de madeyra e telha.

Item os lagares do vinho que estam juntos com o dicto paaço estom hy quatro feixes e huum fusso em huum dos feixes nos outros sem fussions e sem conchas o qual lagar estava telhado salvo que estava em logares destelhado e delapidado da parte do poente<sup>44</sup> ataa deryto donde estom as pias e todo outro telhado. Diziam os sobredictos vizinhos que<sup>45</sup> chovya em ellas e que ha mester de revolver<sup>46</sup> e repara de todo.

<sup>44</sup> A seguir estão cortadas as letras Aa, por erro evidente em relação à palavra seguinte: *ataa*.

<sup>45</sup> Seguem-se as letras co, erro evidente em relação ao início da palavra seguinte *chovya*.

<sup>46</sup> Opção de leitura, face a uma certa confusão detectada no original, devido a uma mudança de linha, onde aparecem os seguintes elementos: *reno / ? volver* havendo necessidade de corrigir a segunda sílaba *no* por *vol...*

Item o quinto lagar do vinho contra o resyoo esta derribado contra o poente de telha e madeyra da parte do poente ataa pyaa donde se faz o vynho o quaall lagar estava sem feixe e sem fuso e sem madeyra e aparelhos deli salvo a pedra do pesso que hy estava e as portas dos dictos lagares desmanchadas que compre de se adubarem.

Item o lagar do azeite estavam dous feixes e dous fussos e conchas com sa meo e moynho e que a huum dos feixes nom tinha a madeyra do emchemento. E outrosy os sobredictos disseram que a todolos dictos lagares mynguavam as chaves salvo de huum que tynha ha chave o qual lagar do azeite estava porta sem fechadura.

Item a casa da porta da torre jazia em terra huum pedaço de parede da parte do quintaal e o sobrado da tore destelhado sem madeyra.

Item no dicto quintaal do dicto lagar d'azeyte estava huum pardeyro derribado e sem oittom da parte da travesya e outro oittom derribado.

Item o telhado do ponbal desadubado de cal que diziam que chovia em el.

Item o portal do dicto quintaal do lagar do azeite nom tenha *(sic)* portas. E outrosy todo o paaço grande dito dos arcos queimado e ficou soom<sup>47</sup> o alpender e em a cassa donde se ora colhe a dicta caseyra da parte do que entra em ha das cassas pequenas que susso dictas som das quaaes cassas lagares estavam delapidadas que compre de se adubarem e refazerem se segundo em ellas parecyá. E o dicto proovedor pedio asy huum ou dous estormentos ou quantos lhe comprisse.

Testemunhas: Martirn Perez sacador del Rey e criado de Pedro Affonso Mealha e Vaasquo Annes home do dicto Diego Alvarez e Diago Gonçallvez, Alvaro Gonçallvez Nicoloo Iohannis e do dicto logo e outros.

E eu sobredicto tabaliom este estromento escrevi e aqui meu sinal fiz que tal *(Sinal)* he.

Pagou vynte soldos.

<sup>47</sup> Por *soo*.

